



334
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CONANDA – REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA

12 E 13 DE MAIO DE 2010

1 Esteve reunido, às nove horas da manhã do dia doze de maio de dois mil e dez, no
2 Rondon Palace Hotel, em Porto Velho/RO, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e
3 do Adolescente – CONANDA para a sua Centésima Octagésima Quinta reunião, presidida
4 pelo Sr. Fábio Feitosa da Silva, estando presentes os **Conselheiros: Representantes de**
5 **Órgãos Governamentais Titulares:** Danielle Cancela Cronemberger – *Representante do*
6 *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG; Os Representantes de*
7 **Órgãos Governamentais Suplentes:** Alessandro Pereira dos Passos – *Representante*
8 *da Casa Civil da Presidência da República; Francisco Antonio de Sousa Brito –*
9 *Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS; Davi*
10 *Ulisses Brasil Simões Pires – Representante do Ministério da Justiça-MJ. Os*
11 **Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares:** Andrea Franzini –
12 *Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor*
13 *(CNBB/Pastoral do Menor); Sérgio Eduardo Marques da Rocha – Representante das*
14 *Aldeias Infantis SOS/Brasil; Carlos Eduardo Nery Paes – Representante da Sociedade*
15 *Brasileira de Pediatria (SBP); Djalma Costa – Representante da Associação Nacional dos*
16 *Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED); Glícia Thais Salmeron de*
17 *Miranda – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Helen Crystine*
18 *Corrêa Sanches – Representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores*
19 *da Justiça, da Infância e da Juventude (ABMP); Maristela Cizeski – Representante da*
20 *Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral da Criança; Miriam Maria José dos*
21 *Santos – Representante da Inspeção São João Bosco - Salesianos; Tiana Sento-Sé –*
22 *Representante do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS). Os*
23 **Representantes de Órgãos Não-Governamentais Suplentes:** Welinton Pereira da Silva
24 – *Representante da Visão Mundial Brasil (VMB). Item I: Pauta. 1) instalação da*
25 *assembleia descentralizada e Oficina do Plano Decenal; 2) Audiência Pública: As políticas*

26 públicas da criança e do adolescente no estado de Rondônia; 3) Reunião com o Conselho
27 Estadual; 4) Aprovação da Carta de Rondônia; 4) Relato das Comissões. **Item II.**
28 **Instalação da Assembléia Descentralizada e Oficina do Plano Decenal.** A Sra.
29 Daniellê Cancela Cronemberger fez a apresentação do plano Decenal e da Política
30 Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Após, a mesa diretora
31 recebeu várias sugestões e opiniões dos demais presentes acerca da política e alguns
32 indicativos para a confecção da Carta de Rondônia. **Item III. Audiência Pública: As**
33 **políticas públicas da criança e do adolescente no estado de Rondônia.** O Sr. Djalma
34 Costa abriu os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos e justificou
35 a ausência do Presidente e da Vice-Presidente do CONANDA. Fez uma breve fala sobre
36 o objetivo daquela assembleia, expôs as preocupações do Conselho Nacional com
37 relação à infância e adolescência do Estado de Rondônia. Após, houve uma rodada de
38 palestras efetuadas pelo Conselho Nacional, o Conselho Estadual, o Gestor Estadual do
39 Sistema Sócio Educativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública
40 acerca da temática proposta. Após, a plenária indicou várias situações e sugestões para a
41 confecção da Carta de Rondônia. **Item IV. Reunião com o Conselho Estadual – Pauta:**
42 **Encaminhamentos a partir das visitas e do debate O fortalecimento do Conselho: A**
43 **utilização do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.** A Sra. Tiana Sento-Sé abriu os
44 trabalhos da assembleia conjunta informando a pauta e que seria feita a leitura do pré-
45 documento que seria posteriormente a Carta de Rondônia. O Sr. Andrea Franzini fez a
46 leitura do documento. Na Sequência, o Sr. Sandro Luís Alves de Moura presidiu os
47 trabalhos da plenária conjunta com a seguinte pauta: encaminhamento das visitas
48 realizadas nas unidades de medidas sócio-educativas, o fortalecimento do Conselho
49 Estadual, a utilização do Fundo da Infância e Adolescência e o plantão judiciário. **Item V.**
50 **Aprovação da Carta de Rondônia.** O Sr. Sandro Luís Alves de Moura leu a Resolução
51 nº 7 do CONEDICA, daquela data, que dispôs sobre a Comissão intersetorial do Governo
52 do Estado para acompanhamento e monitoramento da implementação do Sistema
53 Nacional de Atendimento Sócio Educativo – SINASE no Estado de Rondônia. Após, foi
54 reavaliada e aprovada a Carta de Rondônia com recomendações aos vários entes
55 envolvidos na proteção da criança e do adolescente. **Item VI. Aprovação do Plano**
56 **Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho adolescente.** A
57 Sra. Miriam Maria José dos Santos fez um breve histórico do Plano e informou que ele
58 dependia da aprovação do CONANDA para que o Ministro do Trabalho e Emprego,
59 Carlos Lupi, pudesse aprovar o Plano que seria lançado no dia 12 de junho do corrente
60 ano. O Sr. Luís, Subcoordenador da CONAETI fez apresentação da revisão feita no plano
61 a partir dos indicativos do CONANDA. Após os esclarecimentos, o plano foi aprovado com

62 o encaminhamento de que todos os Conselhos Estaduais e Municipais formulassem os
63 seus planos locais de combate ao trabalho infantil. Item VII. **Relato das Comissões.**
64 **Comissão de Políticas Públicas – CPP.** A Sra. Thereza de Lamare Franco Netto relatou
65 que a Comissão discutiu a resolução CONANDA e CNAS que define os parâmetros para
66 orientar a constituição no âmbito de estados e municípios e Distrito Federal de comissões
67 intersetoriais de convivência familiar e comunitária e deliberou por sua aprovação.
68 Todavia, a Sra. Miriam destacou que havia uma proposta de aprovação conjunta já com
69 data marcada para o dia 9 de junho do corrente ano. Entretanto, o CONANDA aprovou a
70 resolução com as observações postas e passou à apreciação da assembléia conjunta
71 com o CNAS. Posto em votação, a proposta foi aprovada. Visto o adiantado da hora, o Sr.
72 Djalma Costa questionou se alguma outra comissão teria algo para relatar. Ao passo que
73 a Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches informou que a comissão não tinha nada a relatar,
74 solicitou que a Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDH fosse a
75 primeira a relatar e solicitou reunião extraordinária para pautar a regulamentação da
76 mesma no Regimento Interno do Conselho, o que foi aprovada pelo CONANDA, inclusive
77 das demais comissões. Todavia, a Comissão indicaria a data posteriormente. A comissão
78 de Políticas Públicas indicou o dia 24 do corrente mês. A Comissão de Mobilização e
79 Formação indicou a data de oito de julho do corrente ano, um dia antes da próxima
80 plenária. A Comissão de Orçamento e Finanças se reunião no dia 20 do corrente mês.
81 Posto isto e não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente da COF, Djalma Costa
82 encerrou a reunião.